

2025

Relatório de Gestão Instituto de Terras do Pará



HELDER ZALUTH BARBALHO
Governador do Estado

HANA GHASSAN TUMA
Vice-Governador

GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS
Presidente

CELSO ANTONIO TRIERWEILER
Assessor Chefe

GRAÇA MARTINS CAVADA
Chefe de Gabinete

FERNANDA JORGE SEQUEIRA
Diretora Jurídico

SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY
Diretora de Administração e Finanças

MARICELI NASCIMENTO MOURA
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

POTIGUARA PRAZERES DE OLIVEIRA FERREIRA
Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

Belém-PA

Janeiro / 2026

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	09
1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2023-2025	10
2. O QUE FIZEMOS EM 2025	15
2.1. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA	15
2.2 PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	16
2.3 VAMOS REGULARIZAR PARÁ: O QUE FIZEMOS EM 2025.....	19
2.3.1. ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS PÚBLICAS.....	19
2.3.2. SISTEMA DE CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARÁ – SICARF	21
2.3.3 PROGRAMA ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA - PEA	23
2.3.3.1 PROJETO TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	23
2.3.3.2 REGULARIZA PARÁ.....	27
2.3.3.2.1 PROGRAMA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	27
2.3.3.2.2 META REGIONALIZADA: EMISSÃO DE TÍTULOS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	27
2.3.3.2.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	28
2.3.3.2.3.1 DOCUMENTOS EMITIDOS	28
2.3.3.2.3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	38
2.3.4 PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE.....	40
3. O QUE IREMOS FAZER 2026.....	44
3.1 PARÁ 2050.....	44
3.2 PROJETO ESTADUAL AMAZONIA AGORA.....	44
3.3 EXECUÇÃO DA REVISAO DO PPA 2026-2027 - LOA 2026.....	44
3.4 ELABORAÇÃO DA LDO E LOA 2027.....	44
4. MENSAGEM DE GOVERNO.....	45

Lista de Quadros

Quadro 1: Documentos Expedidos em 2023- 2025.....	10
Quadro 2: Demonstrativo de execução Física e Financeira do Programa Governança Pública	15
Quadro 3: Execução Meta Física e Financeira do Programa Manutenção da Gestão	17
Quadro 4: Média de Servidores do ITERPA	18
Quadro 5: Áreas arrecadadas e matriculadas	19
Quadro 6: Processos cadastrados no SICARF.....	22
Quadro 7: Tipos de processos no SICARF.....	23
Quadro 8: Documentos Expedidos por Município – Territórios Sustentáveis	24
Quadro 9: Títulos Expedidos por Município – Territórios Sustentáveis	24
Quadro 10: CDRUs para Projetos Estaduais de Assentamentos – Territórios Sustentáveis	25
Quadro 11: Léguas Patrimoniais – Territórios Sustentáveis	25
Quadro 12: Resgate de aforamento – Territórios Sustentáveis	25
Quadro 13: Certidões de terra – Territórios Sustentáveis	25
Quadro 14: Execução Meta Física e Financeira do Território Sustentável	26
Quadro 15: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração do Território Sustentável.....	26
Quadro 16: Metas regionalizadas	28
Quadro 17 Comunidades quilombolas tituladas em 2025.....	28
Quadro 18: Documentos de terra por região de integração	29
Quadro 19: Documentos expedidos por município	30
Quadro 20: Títulos individuais expedidos por Município	33
Quadro 21 Títulos individuais expedidos por Região de Integração	35
Quadro 22: Títulos de áreas patrimoniais	36
Quadro 23: Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos – PEAS e PEAEX.....	36
Quadro 24: Certidões de Autenticidade e Localização	37
Quadro 25: Termos de Permuta por região e município	37
Quadro 26: Execução Meta Física e Financeira do Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável	38
Quadro 27: Despesa realizada por Região de integração	38
Quadro 28: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração	39
Quadro 29: Execução Meta Física e Financeira do Desenvolvimento urbano, habitação saneamento e mobilidade.....	41
Quadro 30: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração	41

Lista de Gráficos

Gráfico 01: Número de documentos expedidos	10
Gráfico 02: Documentos expedidos por região de integração	30
Gráfico 03: Títulos individuais por região de integração	35

Lista de Siglas

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

DEAF – Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

OGE – Orçamento Geral do Estado

PEAEX – Projetos de Assentamento Agroextrativista

PEAS – Projetos de Assentamentos Sustentáveis

PPA – Plano Plurianual

REURB – Regularização Urbana

RI – Região de Integração

SEPLAD – Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará

SICARF – Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará

SIGPLAN – Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará

TEQ – Território Quilombola

TS – Territórios Sustentáveis

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Terras do Pará - ITERPA, apresenta as principais realizações desenvolvidas no ano de 2025. Sua estrutura institucional, organizada em três diretorias, além da Assessoria da Presidência, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ouvidoria, Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários e Comissão Permanente de Análise de Documentos, refletem as ações estratégicas de responsabilidade do ITERPA que estão alinhadas com as metas governamentais que, por sua vez, foram pactuadas no Plano Plurianual 2024-2027.

Este relatório de Gestão contém informações sobre a execução dos programas e das ações realizadas pelo ITERPA constantes no PPA que, ao mesmo tempo, relacionam-se com os objetivos estratégicos e compromissos regionais do governo. Além de registrar os resultados, que evidencia os impactos e atuação nos municípios e regiões de integração.

Estes resultados visam demonstrar os reflexos diretos e indiretos à sociedade, e sua influência nos indicadores, especialmente nos que expressam o ordenamento territorial do Estado, uma vez que o seu foco de atuação gera benefícios, sobretudo, nas atividades de pequenas propriedades rurais e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

1. PRINCIPAIS DESTAQUES 2023-2025

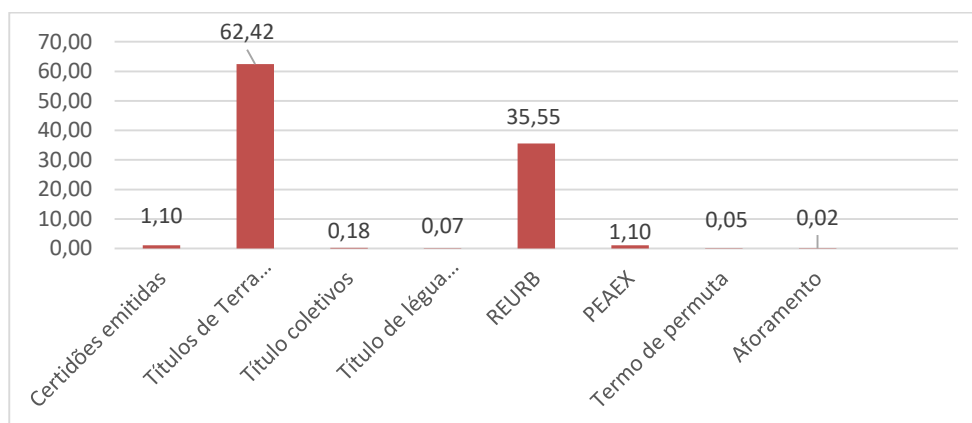
Emissão de 26.805 documentos de terra: 16.626 títulos definitivos de áreas rurais individuais; 18 títulos de légua patrimonial; 292 certidões de terras; 44 termos de permuta; 47 títulos coletivos para comunidades quilombolas, 12 Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas – PEAEX e 292 concessões de direitos real de uso individuais em Projeto Estadual de Assentamento Sustentável – PEAS; 04 termos de aforamento; 9.470 concessões de direito real de uso de regularização fundiária urbana. Foram beneficiadas cerca de 30.000 famílias, sendo aproximadamente 21.180 famílias de agricultores de todas as Regiões de Integração e 9.470 famílias moradores de áreas urbanas, sendo 8.073 do município de Ananindeua e 652 de Marituba e 745 da Região do Guamá – Castanhal e Santa Izabel do Pará.

Quadro 1: Documentos Expedidos 2023- 2025

DOCUMENTOS EXPEDIDOS	2023	2024	2025	TOTAL
Programado no período	3.492	3.785	5.930	13.207
Certidões emitidas	58	133	101	292
Títulos de Terra Individuais	4.751	6.701	5.271	16.626
Título coletivos	15	19	13	47
Título de légua patrimonial	7	6	5	18
REURB	1.055	7.759	656	9.470
PEAS	88	110	94	292
PEAEX	1	3	8	12
Termo de aforamento	3	-	1	4
Termo de permuta	25	13	6	44
TOTAL REALIZADO NO PERÍODO	5.823	14.744	6.155	26.805

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Gráfico 01: Nº de Documentos Expedidos.



Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Emissão de 17.205 documentos de terra para regularização fundiária de imóveis rurais: 16.626 títulos definitivos de áreas rurais individuais; 18 títulos de légua patrimonial; 292 certidões de terras; 44 termos de permuta e 12 Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas – PEAEX e 292 concessões de direito real de uso individuais em Projeto Estadual de Assentamento Sustentável - PEAS, beneficiando cerca de 21.000 famílias de agricultores de todas as Regiões de Integração.

- **Emissão de 16.461 títulos definitivos individuais de lotes rurais**



Entrega de títulos definitivos na Região de Integração Tocantins no município de Abaetetuba
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/59648/governo-do-estado-entrega-120-titulos-de-terras-para-produtores-rurais-em-abaetetuba#lg=1&slide=0>



Entrega de mais de 100 títulos definitivos na Região de Integração Araguaia em São Félix do Xingu
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/57741/familias-de-sao-felix-do-xingu-sao-beneficiadas-com-a-entrega-de-titulos-de-terra>



Entrega de títulos definitivos na Região de Integração Guamá no município de Santa Izabel do Pará
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/59220/titulos-de-terra-sao-entregues-a-mais-de-500-familias-em-santa-izabel-do-para#lg=1&slide=2>



Entrega de 350 títulos de terras na Região de Integração Caetés no município de Augusto Correa.
Disponível em <https://agenciapara.com.br/noticia/57649/governo-do-para-entrega-mais-de-350-titulos-de-terra-a-sete-comunidades-de-augusto-correa#lg=1&slide=0>



Entrega de título para Imerinda Amaral na Região de Integração Tocantins - Moju.
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/galeria/20554/agenda-moju-fotos-apoio-personagens-sua-casa-titulo-de-terra-e-colete-balistico-agentes-de-seguranca-pedro-guerreiro-agpara#lg=1&slide=6>

- Meta regionalizada do Programa Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial Sustentável. Foi feita emissão de 46 títulos coletivos para Comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo que em 2025 foram 12 títulos coletivos entregues no dia 17/11/2025 como parte de comemoração do Dia 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra e Dia de Zumbi dos Palmares, beneficiando 1.170 famílias quilombolas de 7 municípios paraenses: Baião (2), Barcarena(2), Castanhal(1), Mocajuba (03), Ourém(2), Santa Isabel do Pará (1) e Tomé Açu (1)



Entrega de 17 títulos coletivos de reconhecimento para comunidades quilombolas – 19/11/2024
Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/61486/para-e-o-estado-com-maior-numero-de-titulos-coletivos-quilombolas-entregues-no-brasil#lg=1&slide=0>



Entrega de 12 títulos coletivos de reconhecimento para comunidades quilombolas, sendo titulada a Comunidade Umarizal em Baião – 17/11/2025 Disponível em:
<https://agenciapara.com.br/noticia/72605/governo-do-para-realizacoes-historicas-para-comunidades-quilombolas-em-solenidade-da-consciencia-negra#lg=1&slide=0>

- 9.740 concessões de direito real de uso de regularização fundiária urbana no Programa Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade.
- **Emissão de 9.740 documentos de terra de regularização urbana**



Entrega de 3.000 documentos de terra no PAAR em Ananindeua

Disponível em: <https://agenciapara.com.br/galeria/20871/entrega-de-3-mil-titulos-de-terra-paar-ananindeua#lg=1&slide=50>



Entrega de 300 documentos de terra na Região do Guamá – Castanhal

Disponível em: <https://agenciapara.com.br/galeria/18216/agenda-do-governo-do-estado-em-castanhal#lg=1&slide=22>.

2. O QUE FIZEMOS EM 2025

A atual política de ordenamento territorial do Governo do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024-2027, na qual estabelece objetivos, metas e ações com base nas diretrizes estratégicas: sociedade de direitos, crescimento inteligente, trabalho com responsabilidade, gestão pública eficiente presente; que orientam a implementação da ação governamental.

Desta forma, a organização interna do Instituto intensifica práticas e aprimora estratégias para execução de sua ação de regularização fundiária, a partir de um modelo integrado de ações e alicerçada a 2 programas de atividades meio; **Governança Pública e Manutenção da Gestão.**

2.1 PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA

No Programa Governança Pública, o ITERPA participa de ações de Capacitação de agentes públicos com objetivo de prover a governabilidade do poder executivo e aprimorar o desenvolvimento de pessoas. Em relação à execução financeira no exercício de 2025, o programa Governança Pública iniciou com meta inicial OGE no valor de R\$ 1,2 milhões A despesa no programa chegou a R\$ 62.141,15 o que corresponde a 4,66% da meta inicial OGE 2025. Quanto a fonte de receitas das despesas realizadas, 100% Recursos Próprios da Administração Indireta. Quanto à execução do programa por grupo de despesa, 100% correspondem a outras despesas correntes.

Quadro 2: Execução Meta Física e Financeira do Programa Governança Pública

Ação	Produto	Execução Física			Execução financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Meta Inicial OGE	Despesa Realizada	%
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	30	23	73	91.000,00	62.141,15	68
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	1	0	0	1.100.000,00	0	
Publicidade das ações de governo		1	0	0	100.000,00	0	
					1.291.000,00	62.141,15	4,81

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

AÇÃO 1: Capacitação de Agentes Públicos

PRODUTO: *Agente público capacitado*

No que diz respeito a ação de capacitação de agentes públicos, em 2025, a meta prevista foi de 30 agentes capacitados, sendo que 23 servidores participaram de cursos de capacitação, representando 40% da meta prevista.

Houve participação de servidores do ITERPA nas seguintes capacitações:

- Curso de capacitação de ordenadores de despesa - 2 servidores capacitados;
- Curso O controle na lei nº 14133/2021, período 03 E 04/06/2025 – 1 servidor
- Feira de Geotecnologias Mundo Geo em São Paulo / SP no período do 03 a 05/06/2025 - 5 participantes
- Licita Amazônia – Congresso de Licitações e Contrato, período de 11 a 13/08/2025 – 1 servidor
- Congresso Excelência em Contratações Públicas – Conex 2025, período 27 a 29/08/2025 – 2 servidores
- 2 Congresso Nacional de pareceristas e assessores jurídicos – 1 servidor
- Curso de capacitação no SIAFE – 10 servidores

A execução orçamentária teve como dotação real o valor de R\$ 91 mil, no entanto, a despesa realizada foi de R\$ 62.141,15

AÇÃO 2: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

PRODUTO: *Obra realizada*

Não houve realização de serviços de construção e conservação do imóvel no exercício de 2025

AÇÃO 3: Publicidade das ações de Governo

PRODUTO: *Obra realizada*

Não houve realização de ação de publicidade das ações de Governo no exercício de 2025

2.2 PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO

No Programa Manutenção da Gestão, o ITERPA possui cinco ações estratégicas com o objetivo de viabilizar a gestão administrativa do Estado, sendo estes: Abastecimento de unidades móveis do estado; Concessão de auxílio alimentação; Concessão de auxílio transporte;

Operacionalização das ações administrativas; e Operacionalização das ações de recursos humanos. Durante o exercício de 2025 foi aplicado o valor de R\$ 28.137.233,65 no programa o que representa 89% da dotação que foi R\$ 31.707.614,00.

Quanto às fontes utilizadas nas despesas realizadas, 64,99% foram provenientes de Recursos Ordinário do Tesouro, enquanto que 12,52% foi fonte do Recurso Próprio da Administração Indireta, 17,63% Recurso Próprio de Alienação de Bens e 4,86% Recursos do Fundo Petrobras, juntos somaram o montante de R\$ 28,1 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 11,77 milhões (41,84%) correspondem a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 11,40 milhões (40,53%) representa Outras Despesas Correntes e R\$ 4.962.463 (17,63%) correspondem aos investimentos.

Quadro 3: Execução Meta Física e Financeira do Programa Manutenção da Gestão

Ação	Produto	Un	Execução Física			Execução financeira		
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Despesa Realizada	%
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	Un	264	23	9	430.000,00	379.443,13	88
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	144	222	154	2.588.658,00	3.996.709,17	154
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	143	230	161	280.589,00	371.165,44	132
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	49	41	84	17.728.514,00	11.084.679,38	63
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	291	288	99	10.679.853,00	12.305.236,53	115
TOTAL						31.707.614,00	24.475.854,28	77

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

AÇÃO 1: Abastecimento de Unidades Móveis

PRODUTO: Unidade abastecida

Na ação de abastecimento de unidades móveis do estado, em 2025, teve como meta prevista 22 unidades abastecidas por mês, sendo que foram abastecidas média de 23 unidades, alcançando 100% da meta. Com relação à execução financeira verificou-se a utilização de R\$ 379.443,13.

AÇÃO 2: Operacionalização das Ações Administrativas

PRODUTO: *Contratos mantidos*

Com relação a ação operacionalização das ações administrativas que constou de despesas com manutenção predial; vigilância; limpeza e conservação; utilidade pública; material de consumo; aluguel de veículos; serviços prestados por pessoa jurídica, dentre outros a meta prevista foi de 49 contratos mantidos, sendo realizado 41 contratos, representando 84% da meta. Em relação ao financeiro foi executado R\$ 11.084.679,38, ou seja, 63% da dotação real que foi de R\$ 17,7 milhões.

AÇÃO 3: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

PRODUTO: *Servidor remunerado*

Na ação Operacionalização das Ações de Recursos Humanos foram em média 288 servidores remunerados em 2025, com valor aplicado de R\$ 12.305.236,53.

Quadro 4: Média de servidores do ITERPA 2025:

TIPO DE SERVIDOR	QUANTIDADE	%
Amparados pela Constituição	70	24,31
Concursados	44	15,28
Comissionados	43	14,93
Temporários	83	28,81
Estagiários	48	16,67
Total	288	100,00

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

AÇÃO 4: Concessão de Auxílio Alimentação

PRODUTO: *Servidor beneficiado*

Na ação Concessão de Auxílio Alimentação foram em média 222 servidores beneficiados com auxílio alimentação. O valor aplicado foi de R\$ 3.996.709,17.

AÇÃO 5: Concessão de Auxílio Transporte

PRODUTO: Servidor beneficiado

Na ação Concessão de Auxílio Transporte foram 230 servidores beneficiados com auxílio transporte no período. O valor aplicado foi de R\$ 371.165,44.

2.3 VAMOS REGULARIZAR PARÁ: O QUE FIZEMOS EM 2025

2.3.1 ARRECAÇÃO E MATRÍCULA DE TERRAS PÚBLICAS

Esta ação tem como objetivo arrecadar e matricular as áreas devolutas de particulares, incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado, facilitando, as ações destinadas à titulação individual e coletiva de pequenos, médios e grandes produtores rurais, novos projetos de assentamentos e comunidades quilombolas existentes nos diversos municípios paraenses.

RESULTADO:

- Total de terras arrecadadas e matriculadas foi de **848.258,0840 hectares** ao patrimônio do Estado.

Quadro 5: Áreas arrecadadas e matriculadas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	ÁREA (ha)
ARAGUAIA	Cumaru do Norte	Gleba Manguinho	7.512,0176
	São Félix do Xingu	Gleba Belo Verde	6.995,8374
BAIXO AMAZONAS	Almeirim	Gleba Igarapé Tapeuá	49.711,8797
		Gleba Almeirim - Parte I	23.739,5410
		Gleba Repartimento dos Pilões	41.273,2156
	Faro	Gleba Ubim	4.601,2748
	Monte Alegre	Gleba Feremi	582,5209
		Gleba Pajuçara	688,0910
		Gleba Socoró - parte I	11.599,4353
		Gleba Socoró - parte II	2.145,5789
		Gleba Paytuna I	10.554,0795
CAETÉS	Augusto Correa	Gleba Araí	1.442,6450
	Peixe Boi	Gleba Paraíso Azul	3.093,8316
		Gleba Rio Pontilhão	3.517,4601
	Primavera	Gleba Marie	1.830,2855
	Salinópolis	Gleba Aru Caranã	46,7589
		Gleba Broca	13.702,7200
	Santa Luzia do Pará	Gleba Cantã	2.980,2091
		Santarém Novo	Gleba Iraquara
	São João de Pirabas	Gleba Pirabas - III	3.094,8998
		Gleba Pirabas - IV - Parcela I	101,0895
		Gleba Pirabas V	15.454,7311
Gleba Pirabas - IV - Parcela II		12,9826	
Tracuateua	Gleba Cigana	5.669,3695	

CARAJÁS	Eldorado de Carajás	Gleba Eldorado – Área III – Parte B-I	14.216,4902	
	Marabá	Gleba Patuá	226,0895	
		Gleba Rio Pardo	3.603,4825	
	São Geraldo do Araguaia	Gleba Eldorado – Área III – Parte B-II	5.919,7347	
		Gleba Beira Rio	8.457,6060	
Gleba Córrego dos veados		1.139,2704		
CAPIM	Aurora Do Pará	Gleba Aurora	4.317,16	
		Gleba Flor Da Mata	3.185,52	
		Gleba Tartaruga - Parte Ii	21,10	
		Gleba Caití	1.354,6783	
	Bujaru	Gleba Godo	1.384,6536	
		Gleba Pedregulho	1.321,6368	
		Gleba Barro Vermelho	71,0739	
	Capitão Poço	Gleba Tartaruga- Parte I	4.475,1275	
		Gleba Da Luz	8.734,49	
	Dom Eliseu	Gleba Ararajuba	122,9951	
		Gleba Soberana	5.399,9258	
	Ipixuna Do Pará	Gleba Rio Pacuí	5.641,9345	
		Gleba Fonte Da Esperança	1.315,2153	
	Irituia	Gleba Nova Vida II	4.267,8018	
		Gleba Rio Camaoi	20.540,6661	
		Gleba Igarapé Do 7	5.692,8913	
		Gleba Resende	4.435,9592	
	Rondon do Pará	Gleba Catatau	325,2585	
		Gleba Casca Seca - Parte I	349,9269	
		Gleba Casca Seca - Parte II	1.424,3885	
		Gleba Precioso	4.524,9919	
		Gleba Unidos Para Vencer	2.166,4727	
	Tomé Açú	Gleba Café Torrado	3.866,5702	
		Gleba Igarapé Água Branca	5.752,1019	
		Gleba Capivara	5.583,20	
		Gleba Igarapé Aventureiro	10.000,3225	
		Gleba Do Areial - Parte I	781,9439	
		Gleba Do Areial - Parte Ii	1.477,0920	
		Gleba Bacuriteua	5.224,0261	
		Gleba Vidinha	697,5930	
		Gleba Trindade	10,9486	
		Gleba Miranda	93,4663	
	Ulianópolis	Gleba Mocoões	1.640,2231	
		Gleba Montes Claros	4.609,0607	
	GUAMÁ	Curuçá	Gleba Arara Azul	12.384,7986
			Gleba Rio Maú	3.659,2860
		Maracanã	Gleba Rio Araquarim	990,3238
			Gleba Nova Olinda – B	6.004,8865
			Gleba Bisa Iracema	1.491,9948
		Marapanim	Gleba Pinheiro	3.889,3686
Gleba "Marapanim - Parte C			16.226,7593	
Santa Isabel do Pará		Gleba Pajurá	1.034,9298	
		Gleba Porto de Minas	4.114,9595	
Santo Antônio do Tauá		Gleba Uxiteua	3.085,9372	
		Gleba Santa Terezinha	2.196,1588	
São Caetano de Odivelas		Gleba Pereru	1.761,1386	
São João da Ponta		Gleba Aracuã	328,7287	
		Gleba Baixa Grande	3.013,5961	
		Gleba Mocajubinha	9.501,0522	
Terra Alta	Gleba Tinhorão	574,7102		

		Gleba Antúrio	947,8321
GUAJARÁ	Ananindeua	Gleba Leão	1,0468
	Benevides	Gleba Rio Benfica	1.832,9186
MARAJO	Bagre	Gleba Jardim Do Eden - Parte I	98.799,8970
		Gleba Jardim Do Eden - Parte II	12.314,2244
	Oeiras do Pará	Gleba uxi	1.364,5975
		Gleba Marambira	3.450,2603
	Portel	Gleba Yara	1.702,3628
LAGO TUCURUÍ	Goianésia do Pará	Gleba Goianinho	430,2950
		Gleba Itapoan	1.347,8980
	Itupiranga	Gleba grotão do Jaraguá	6.420,9115
		Gleba Beco da morena	10.267,9900
TOCANTINS	Abaetetuba	Gleba Piratuba	1.629,5125
	Acará	Gleba Acará – 1E	60.464,5370
	Barcarena	Gleba Rio Turuí	837,1178
		Gleba Japur	379,2249
		Gleba Arrozal	331,9394
		Gleba Caraxué	1,2422
	Tailândia	Gleba Encanta	549,8704
XINGU	Altamira	Gleba rio Iriri	210.178,9147
TOTAL			848.258,0840

Fonte: DEAF/CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

2.3.2 SISTEMA DE CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARÁ – SICARF

O SICARF- Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará, tem o objetivo de agilizar os procedimentos de regularização fundiária no Estado. O novo sistema substituirá atual metodologia utilizada pelo ITERPA, sobretudo no que se refere ao cadastramento de dados dos ocupantes de terras públicas estaduais para agilizar o processo de regularização fundiária.

A versão final do modulo de Banco de Dados do Sistema foi implantado nos equipamentos/servidores do ITERPA e realizada a apresentação e treinamentos dos técnicos do órgão visando a operacionalização e utilização pelos usuários em geral. A próxima fase em implantação consta da elaboração dos módulos análise, monitoramento e transparência.

Foram cadastrados 58.481 processos no sistema até dezembro de 2025, sendo que 42,35% são processos de títulos individuais na modalidade não oneroso e 38,29% são processos de regularização Fundiária Urbana (REURB) que favorece famílias de baixa renda e 14,49% de títulos individuais na modalidade não oneroso

Quadro 6: Processos Cadastros no SICARF

SITUAÇÃO DOS PROCESSOS	ABSOLUTO
Processos em análise	8895
Aguardando arquivamento	133
Processos arquivados	7826
Aguardando assinatura	78
Aguardando atualização de base	23247
Aguardando entrega	9869
Aguardando OS	3470
Aguardando emissão do título	642
Aguardando pagamento de custas e/ou boleto	138
Aguardando conferência do título	5
Aguardando confirmação do interessado	40
Aguardando documento do interessado	1
Aguardando distribuição	1
Aguardando portaria	1
Aguardando geração de documentos	36
Aguardando geometria	163
Aguardando informação	76
Aguardando validação	63
Aguardando resposta do indeferimento	34
Aguardando resposta do interessado	1860
Cancelado	6
Em emissão de certidão	3
Em retificação	456
Em revisão	160
Processando assinatura	1
Vencido	5
Finalizados	1272
TOTAL	58481

Fonte: SICARF - em 07/01/2026

Quadro 7: Tipos de processo cadastrado no SICARF

TIPO DE PROCESSO	Nº ABSOLUTO	%
Certidão de Título	889	1,51
Informação	1820	3,09
Não Oneroso	27828	47,29
Oneroso	8355	14,20
PEAEX	5	0,01
PEAS	7	0,01
Permuta	8	0,01
Resgate de Aforamento	11	0,02
REURB	19544	33,21
TEQ	3	0,01
Transferência de direitos	11	0,02
TOTAL GERAL	58481	100

Fonte: SICARF - em 07/01/2026

2.3.3 PROGRAMA ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA - PEA

2.3.3.1 PROJETO TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL

O ITERPA participa do Projeto Territórios Sustentáveis com a emissão de documentos de terras em municípios que aderiram aos Territórios Sustentáveis - TS. Os TS estão distribuídos no Programa Economia Sustentável e no Programa Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial. Foram contemplados 09 TS, sendo que 5 municípios da RI Araguaia, 04 RI Carajás e 01 Marajó.

Foram emitidos 261 documentos de terras em 10 territórios sustentáveis, sendo que os municípios que mais receberam documentos de terra foram: Portel (150), São Félix do Xingu (49), Marabá (19), Cumaru do Norte (13) Parauapebas (12), e Santa Maria das Barreiras (6).

Quadro 8: Documentos Expedidos por Município – Territórios Sustentáveis

PROGRAMA PPA	TERRITÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
ECONOMIA SUSTENTÁVEL	PA 279	ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	49
		CARAJÁS	MARABÁ	19
			PARAUPEBAS	12
	BR – 158	ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	4
			CUMARU DO NORTE	13
			REDENÇÃO	2
			SANTA MARIA DAS BARREIRAS	6
CARAJÁS	CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	1	
TOCANTINS	CARAJÁS	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	5	
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	MARAJÓ	MARAJÓ	PORTEL	150
TOTAL				261

Fonte: SIGPLN – 12/01/2026

➤ Títulos definitivos para regularização de lotes rurais individuais

Emissão de 227 títulos definitivos individuais, sendo que os 06 municípios com mais documentos de terra: 150 Portel, 33 para São Félix do Xingu, 15 para Marabá e 12 Parauapebas.

Quadro 9: Títulos Expedidos – Territórios Sustentáveis

TERRITÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	TÍTULO INDIVIDUAL
PA 279	ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	33
	CARAJÁS	MARABÁ	15
		PARAUPEBAS	12
		SÃO GERALDO ARAGUAIA	5
BR – 158	ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2
		CUMARU DO NORTE	3
		REDENÇÃO	1
		SANTA MARIA DAS BARREIRAS	6
MARAJÓ	MARAJÓ	PORTEL	150
TOTAL			227

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

➤ Concessão de Direito Real de Uso

Emissão de 1 CDRU individual para PEAS em Marabá

Quadro 10: Concessão de Direito Real de Uso – Territórios Sustentáveis

Território de implementação	Região de integração	Município	CDRU
PA 279	CARAJÁS	MARABÁ	1
TOTAL			1

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

➤ Título de Léngua Patrimonial

Objetiva emitir título na léngua patrimonial do município

Quadro 11: Concessão de Direito Real de Uso– Territórios Sustentáveis

Território de implementação	Região de integração	Município	Título individual
BR – 158	ARAGUAIA	REDENÇÃO	1

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

➤ Termo de resgate de aforamento

Objetiva a regularização fundiária de áreas de aforamento

Quadro 12: Concessão de Direito Real de Uso– Territórios Sustentáveis

Território de implementação	Região de integração	Município	Título individual
CARAJÁS	CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	1

Fonte: SIGPLAN -12/01/2026

➤ Certidões de Autenticidade e Localização

Emissão de 30 certidões de terras.

Quadro 13: Certidão de terras – Territórios Sustentáveis

Território de implementação	Região de integração	Município	Título individual
PA 279	ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	16
	CARAJÁS	MARABÁ	3
BR – 158	ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2
		CUMARU DO NORTE	10
TOTAL			31

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Em relação à execução financeira em 2025, as despesas realizadas somaram um montante de R\$ 288.897,81, representaram 370% da dotação orçamentária real, que foi de R\$ 78.000,00. Da despesa realizada 100% de Recursos Próprios da Administração Indireta.

Quadro 14: Execução Meta Física e Financeira do Território Sustentável

Programa	Ação	Produto	Um	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira		
				Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação OGE 2025	Despesa realizada	%
Economia Sustentável	Operação e expansão do programa território sustentável	Produtor habilitado	Um	157	111	71	53.000,00	244.613,70	459
Gestão socioambiental e ordenamento territorial sustentável	Regularização fundiária rural	Documento de terra	Um	10	150	580	25.000,00	45.460,81	182

Fonte: SIGPLAN -1201/2026

Quadro 15: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração dos Territórios Sustentáveis

Programa	Região de Integração	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação OGE 2025	Despesa Realizada	%
Economia Sustentável	Araguaia	Conceição Do Araguaia	80	74	93	31.500,00	233.430,70	741
		Cumaru Do Norte						
		Redenção						
		Santa Maria Das Barreiras						
		São Félix Do Xingu						
	Carajás	Eldorado dos Carajás	70	37	53	21.500,00	10.006,30	47
		Marabá						
		Parauapebas						
		São Geraldo do Araguaia						
	Guajará	Belém	0	0	0	0	1.176,70	
Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável	Marajó	Portel	10	150	580	25.000,00	45.460,81	182
Total			167	261	156	78.000,00	290.074,51	370

Fonte: SIGPLAN = 12/01/2026

2.3.3.2 REGULARIZA PARÁ

2.3.3.2.1 PROGRAMA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No programa Gestão Socioambiental e ordenamento territorial sustentável, o ITERPA é responsável pela ação de regularização fundiária com o objetivo de realizar o ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária no estado, tendo como produto a emissão de documentos de propriedades de terra, beneficiando prioritariamente pequenos proprietários rurais, comunidades quilombolas e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

2.3.3.2.1.2 META REGIONALIZADA: EMISSÃO DE TÍTULOS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O ITERPA é responsável pela emissão de títulos para comunidades remanescentes de quilombo, sendo este uma das metas regionalizadas assumidos pelo Governo do Estado no Programa Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável para ordenar o uso e a ocupação do solo.

No exercício de 2025, foram emitidos 12 títulos coletivos definitivos para comunidades quilombolas, sendo 01 para Caetés, 02 para Rio Capim, 02 para região do Guamá e 7 para região do Tocantins, beneficiando 1170 famílias desses quilombos. Houve alterações significativas no conteúdo das metas, sendo a mais importante o fato de ter sido titulada a Comunidade Quilombola Umarizal no município de Baião na Região de Integração do Tocantins cujo processo de regularização fundiária estava a 25 anos no ITERPA com problemas de indenização e conflito com proprietários individuais dentro da área do quilombo. Foi emitido novo título para Comunidade do Mupi em Cametá devido a inconsistência no georreferenciamento realizado em 2024. Entretanto, ainda não foi possível emissão de títulos para região do Baixo Amazonas e do Xingu.

Quadro 16: Meta regionalizada – PPA 2024 -2027

REGIÃO	PREVISTO	REALIZADO	%
BAIXO AMAZONAS	1	0	-
GUAMÁ	4	3	75
RIO CAPIM	4	3	75
CAETÉS	1	3	200
TOCANTINS	5	18	340
XINGU	1	0	-
MARAJÓ	0	5	-
TOTAL	16	32	200

Fonte: DEAF / ITERPA

Quadro 17: Comunidades quilombolas tituladas em 2025

Nº	Região	Município	Comunidade	Área em ha	Famílias
1	Capim	Ourém	Quilombo cearazinho	10,5207	53
2		Tomé Açú	Nova Betel	3.039,0350	83
3	Caeté	Tracuateua	Quilombo Pontinha	115,0849	155
4	Guamá	Castanhal	Navegantes	61,5415	20
5		Santa Isabel do Pará	Vila Trindade	25,1671	115
6	Tocantins	Baião	Joana Perez	7.668,1869	100
7		Baião	Umarizal	15.389,1173	430
8		Barcarena	Arienga – Estrada	29,9423	23
9		Barcarena	Vila Cruzeiro	624,7225	19
10		Cametá	Mupi	70,1219	150
11		Mocajuba	São Tomé Bracinho do Icatu	1850,0810	67
12		Mocajuba	Quilombo Manzagão	895,5791	50
13		Mocajuba	Açaizal	1049,9631	55
TOTAL				30.758,9414	1170

FONTE: DEAF/ ITERPA

2.3.3.2.3 AÇÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL

2.3.3.2.3.1. DOCUMENTOS DE TERRAS EMITIDOS

- Emissão de 5.472 Documentos de terra no programa com superação de 162% da meta de 3.360: 5271 títulos definitivos individuais, 13 títulos definitivos para comunidades quilombolas, 7 concessões de direito real de uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas, 94 concessões de direito real de uso individuais para moradores de Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis, 04 títulos de légua

patrimonial, 70 certidões de terras e 6 termos de permuta, beneficiando cerca de 7.000 famílias de agricultores. Foi aplicado o valor de R\$ 13.830.973,44 na ação de regularização fundiária no Programa Gestão Socioambiental e ordenamento territorial sustentável.

Os dados dos municípios da Região Araguaia e da Região Carajás estão no Programa Territórios Sustentáveis devido ao fato dos municípios dessas regiões já tinham aderido ao PTS na época de elaboração do PPA 2024-2026. Outros municípios aderiram ao TS até junho de 2024, sendo emitidos documentos de terra para habilitação do produtor em no TS Marajó, conforme descrito no quadro 8 - **Documentos Expedidos por Município – Territórios Sustentáveis**

A ação de regularização fundiária rural contemplou 09 regiões de integração no Programa de Gestão Socioambiental e ordenamento territorial sustentável, sendo que as regiões mais beneficiadas com documento de terra foram: RI Rio Caetés (2275), Guamá (1.290), Rio Capim (852) e Tocantins (796), ressaltando que essas terras são de jurisdição do Governo do Estado do Pará o que facilita o processo de regularização fundiária de áreas rurais e urbanas das áreas existentes nessas regiões de integração. Por motivos técnicos e operacionais, não foi programada nem executada ação de regularização fundiária rural na RI Tapajós.

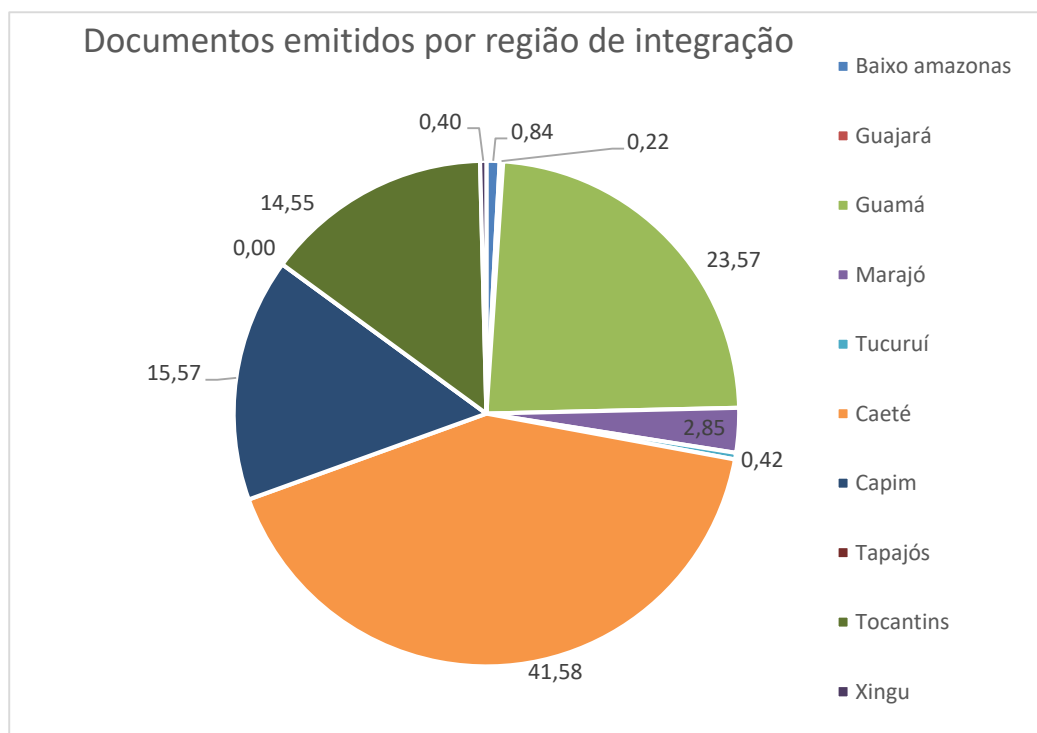
Municípios mais contemplados com documentos de terra: Bragança (973), Viseu (769), e Capanema (481) na Região de integração do Rio Caetés; Santo Antônio do Tauá (579) e Maracanã (549) no Guamá;; Tomé Açu (450), Ourém (136) e Ipixuna do Pará (105) na Região Capim; Abaetetuba (542) e Moju (144) na Região Tocantins.

Quadro 18 Documentos de terra expedidos por Região de Integração

Região de Integração	Absoluto	%
Baixo Amazonas	46	0,84
Guajará	12	0,22
Guamá	1290	23,57
Marajó	156	2,85
Tucuruí	23	0,42
Caeté	2275	41,58
Capim	852	15,57
Tapajós	0	0,00
Tocantins	796	14,55
Xingu	22	0,40
Total	5.472	100

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Gráfico 02: Documentos Expedidos por Região de integração



Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Quadro 19: Documentos Expedidos por Município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	PREVISTO	REALIZADO	%
Baixo Amazonas		80	46	57,50
	Alenquer	0	1	
	Almeirim	10	7	70,00
	Faro	0	3	
	Juruti	0	2	
	Monte Alegre	50	13	26,00
	Óbidos	0	1	
	Prainha	20	17	85,00
	Santarém	0	2	
Guajará		40	12	30,00
	Ananindeua	0	3	
	Belém	20	0	
	Benevides	10	7	70,00
	Marituba	10	1	10,00
	Santa Bárbara do Pará	0	1	

Guamá		790	1290	163,29
	Castanhal	10	21	210,00
	Colares	0	1	
	Curuçá	10	3	30,00
	Igarapé Açu	300	10	3,33
	Inhangapi	10	7	70,00
	Magalhães Barata	10	1	10,00
	Maracanã	10	549	5490,00
	Marapanim	10	8	80,00
	Santa Izabel do Pará	200	35	17,50
	Santa Maria do Pará	10	9	90,00
	Santo Antônio do Tauá	20	579	2895,00
	São Caetano de Odivelas	0	7	
	São Domingos do Capim	0	2	
	São Francisco do Pará	0	10	
	São João da Ponta	0	1	
	São Miguel do Guamá	200	12	6,00
	Vigia	0	32	
	Terra Alta	0	3	
Marajó		20	156	780,00
	Bagre		3	
	Oeiras do Pará	10	1	10,00
	Portel	10	152	1520,00
Tucuruí		30	20	66,67
	Breu Branco	10	3	30,00
	Goianésia do Pará	0	14	
	Itupiranga	0	6	
	Jacundá	20	0	0,00
Caeté		1030	2275	220,87
	Augusto Correa		6	
	Bonito		2	
	Bragança	500	973	194,60
	Cachoeira do Piriá	10	0	0,00
	Capanema	200	481	240,50
	Nova Timboteua		2	
	Peixe boi	10	6	60,00
	Primavera		1	
	Salinópolis		1	
	Santa Luzia do Pará	10	13	130,00
	São João de Pirabas	0	11	
	Tracuateua	0	10	
	Viseu	300	769	256,33

Capim		270	852	315,56
	Aurora do Pará	0	3	
	Bujaru		8	
	Capitão Poço	0	3	
	Dom Eliseu	0	10	
	Garrafão do Norte		13	
	Ipixuna do Pará	0	105	
	Irituia	0	2	
	Ourém	20	136	680,00
	Paragominas	50	68	136,00
	Rondon do Pará	100	43	43,00
	Tomé Açu	100	450	449,00
	Ulianópolis	0	11	
Tocantins		1090	796	73,03
	Abaetetuba	200	542	271,00
	Acará	20	22	110,00
	Baião	10	12	120,00
	Barcarena	10	10	100,00
	Cametá		8	
	Igarapé Miri	300	7	2,33
	Mocajuba	200	8	4,00
	Moju	300	144	48,00
	Tailândia	50	43	86,00
Xingu		10	22	220,00
	Altamira	10	13	130,00
	Anapu		2	
	Pacajá		1	
	Senador José Porfírio		6	
TOTAL		3360	5742	162,86

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

TÍTULOS DEFINITIVOS PARA REGULARIZAÇÃO DE LOTES RURAIS INDIVIDUAIS

Titulação de pequenos e médias propriedades rurais através da emissão de títulos individual, havendo duas modalidades de processo, não onerosos (até 100 ha para agricultura familiar) e onerosos (acima de 100 ha).

RESULTADO:

- Emissão de 5.278 Títulos Definitivos dentro do Programa Gestão Socioambiental e ordenamento territorial, beneficiando agricultores de 10 Regiões de Integração, conforme demonstrado no Gráfico 04.

Quadro 20: Títulos individuais expedidos por município

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	Doação	Oneroso	Total
Baixo Amazonas	Almeirim	1	4	5
	Alenquer		1	1
	Faro		3	3
	Monte Alegre		13	13
	Prainha	1	13	14
	Santarém		2	2
Guajará	Ananindeua	2	1	3
	Benevides	4	3	7
	Santa Bárbara		1	1
Guamá	Castanhal	12	8	20
	Colares		1	1
	Curuçá		2	2
	Igarapé Açu	4	6	10
	Inhagapi	5	2	7
	Magalhães Barata		1	1
	Maracanã	529	20	549
	Marapanim	1	7	8
	Sants Izabel do Pará	27	7	34
	Santa Maria do Pará	1	7	8
	São Caetano de Odivelas	2	5	7
	São Domingos do Capim		2	2
	São Francisco do Pará	1	9	10
	São João da Ponta		1	1
	São Miguel do Guamá	10	2	12
Santo Antônio do Tauá	543	35	578	
	Terra Alta	1	2	3
	Vigia	14	18	32
Tucuruí	Breu Branco	1	2	3
	Goianésia do Pará	2	12	14
	Itupiranga	1	5	6
	Novo Repartimento			0
Marajó	Bagre		3	3
	Oeiras do Pará		1	1
	Portel	150	2	152
Caetés	Augusto Correa		4	4
	Bonito		2	2
	Bragança	961	12	973
	Cachoeira do Piriá			0
	Capanema	472	9	481

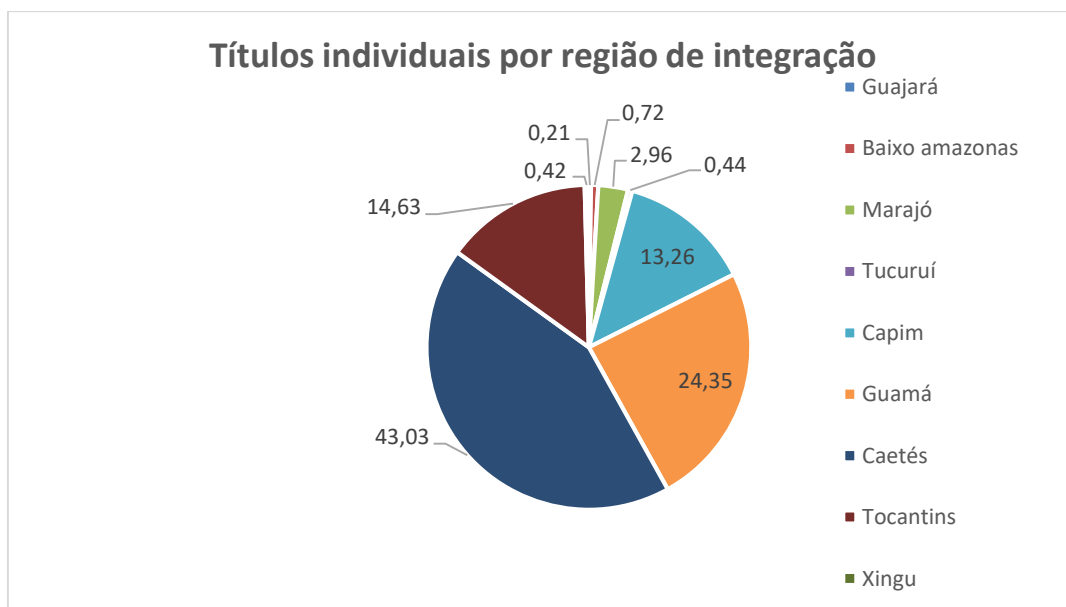
	Nova Timboteua		2	2
	Primavera		1	1
	Peixe boi	2	4	6
	Salinópolis		1	1
	Santa Luzia do Pará	1	12	13
	São João de Pirabas		11	11
	Tracuateua	9		9
	Viseu	745	23	768
Capim	Aurora do Pará	1	2	3
	Bujaru	5	3	8
	Capitão Poço		3	3
	Dom Eliseu	4	6	10
	Garrafão do Norte	2	11	13
	Ipixuna do Pará	1	10	11
	Irituia		2	2
	Ourém	113	20	133
	Paragominas	1	21	22
	Rondon do Pará	25	18	43
	Ulianópolis		9	9
	Tomé Açú	433	10	443
	Tocantins	Abaetetuba	525	17
Acará		4	14	18
Baião			8	8
Barcarena		2	3	5
Cametá			7	7
Igarapé Miri		5	2	7
Mocajuba			5	5
Moju		99	40	139
Tailândia			41	41
Xingu	Altamira		13	13
	Anapu		2	2
	Pacajás		1	1
	Senador José Porfírio	1	5	6
TOTAL		4723	555	5278

Quadro 21: Títulos individuais expedidos por Região de Integração

Região de Integração	Absoluto	%
Guajará	11	0,21
Baixo amazonas	38	0,72
Marajó	156	2,96
Tucuruí	23	0,44
Capim	700	13,26
Guamá	1285	24,35
Caetés	2271	43,03
Tocantins	772	14,63
Xingu	22	0,42
	5278	100,00

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Gráfico 03: Títulos individuais expedidos por Região de Integração



Fonte: SIGPLAN -12/01/2026

TÍTULOS DE ÁREAS DE LÉGUA PATRIMONIAL

Visa promover a titulação de áreas patrimoniais dos municípios.

RESULTADO:

- Emissão de 02 títulos de áreas de légua patrimonial, sendo 1 para Viseu, 1 para Ulianópolis.

Quadro 22: Títulos de áreas patrimoniais

Região de Integração	Município	Quantidade
Caetés	Augusto Correa	2
	Viseu	1
Capim	Ulianópolis	1
TOTAL		4

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

PROJETOS ESTADUAIS DE ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS.

Visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

RESULTADO:

- Foram emitidas 7 concessões de direito real de uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas e 94 concessões individuais, beneficiando 857 famílias, conforme Quadro abaixo:

Quadro 23 Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS e PEAEX

Região	Município	Denominação		Quantidade	Famílias
Baixo Amazonas	Juruti	PEAEX	Alto Igarapé Grande - ALCOMA	1	110
		PEAEX	Planalto Mamuru - ACPRM	1	437
	Almeirim	PEAEX	ASMACARU	1	76
		PEAEX	Floresta Viva	1	86
Carajás	Marabá	PEAS	Boa Esperança	1	1
Capim	Ipixuna do Pará	PEAS	Renascer	94	94
		PEAS	Nova Esperança		
		PEAS	Bom Jesus		
		PEAS	Santa Lúcia		
		PEAS	Terra Boa		
Tocantins	Acará	PEAS	Olga Benário	1	1
	Moju	PEAS	Vila Elim	1	1
Guamá	Curuçá	PEAEX	Filhos de Valentim	1	52
TOTAL				102	858

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

CERTIDÕES DE AUTENTICIDADE E LOCALIZAÇÃO

Objetiva certificar a autenticidade e localização de títulos de terras expedidos pelo Estado, a partir do georreferenciamento da área ocupada.

RESULTADO:

- Foi realizada a certificação de autenticidade de títulos e rerratificação de áreas com a emissão de 70 certidões

Quadro 24: Certidões de Autenticidade e Localização

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Baixo Amazonas	Óbidos	1
Capim	Tomé Açu	6
	Ourém	2
	Paragominas	46
	Ulianópolis	1
Guajará	Marituba	1
Guamá	Santa Maria do Pará	1
	Santo Antonio do Tauá	1
Tocantins	Acará	3
	Moju	3
	Barcarena	3
	Tailândia	2
TOTAL		70

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

TERMOS DE PERMUTA

Como forma de proceder a regularização fundiária do Projeto Trairão, o ITERPA vem realizando a permuta de áreas localizadas nos municípios de Santarém (Gleba Nova Olinda e Mamuru), Prainha (Gleba Guajará e Gleba Maracu) e Aveiro (Gleba Mamuru) com a celebração de contratos de compensação financeira. Além das permutas do Projeto Trairão, foram feitas permutas nas regiões Araguaia, Capim, Tocantins e Xingu.

Quadro 25: Termos de Permuta por Região e Município

REGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Baixo Amazonas	Prainha	3
Tocantins	Baião	2
	Moju	1
TOTAL		6

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

2.3.3.2.3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quanto à execução financeira da ação regularização fundiária rural, foi aplicado o valor de R\$ 13.830.973,44 no programa o que representa 191% da dotação que foi R\$ 7.232.000,00. Da despesa realizada, 48,03% do recurso foram provenientes de Recursos Próprios de Alienação de Bens, 39,85% de Recursos Próprios da Administração Indireta, 6,92% do Fundo Petrobras e 5,2% de Recursos Ordinários do Tesouro. Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 8.898.481,47 (64,34%) representa os Investimentos, e R\$ 4.932.491,97 (35,66%) correspondem a Outras despesas Correntes.

Quadro 26: Execução Meta Física e Financeira do Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável

Ação	Produto	U m	Execução Física			Execução orçamentária		
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Inicial	Despesa Realizada	%
Regularização Fundiária rural	Documento Expedido	U m	3,360	5.472	162	7.232.000,00	13.830.973,44	191

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Quadro 27: Despesa realizada por Região de integração

Região de Integração	Despesa Realizada	%
Baixo amazonas	99.569,21	0,72
Guajará	11.416.885,51	82,55
Guamá	521.728,77	3,77
Marajó	51.019,86	0,37
Lago de Tucuruí	11.365,16	0,08
Rio Caetés	955.830,44	6,91
Rio Capim	343.350,33	2,48
Tapajós	0	0,00
Tocantins	349.236,60	2,53
Xingu	50.239,16	0,36
Araguaia	21.618,58	0,16
Carajás	10.129,82	0,07
Total	13.830.973,44	100

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Quadro 28: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração

Região de Integração	Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação OGE 2025	Despesa Realizada	%
Baixo amazonas	80	46	58	122.000,00	99.569,21	82
Guajará	40	12	30	6.002.000,00	11.416.885,51	190
Guamá	790	1290	163	327.000,00	521.728,77	160
Marajó	20	156	780	50.000,00	51.019,86	102
Tucuruí	30	23	73	61.000,00	11.365,16	19
Caeté	1030	2275	221	303.000,00	955.830,44	315
Capim	270	852	316	136.000,00	343.350,33	252
Tapajós	0	0	0	0	0	0
Tocantins	1090	776	73	230.000,00	349.236,60	152
Xingu	10	22	220	1.000,00	50.239,16	5024
Araguaia	0	0	100	0	21.618,58	
Carajás	0	0	100	0	10.129,82	
Total	3.360	5.307	350	7.232.000,00	13.830.973,44	163

Fonte: SIGPLAN -12/01/2026

A região do Guajará respondeu por 82,55% do total do recurso executado, sendo a execução orçamentária foi de R\$ 11,4 milhões, correspondendo a 190% da meta inicial, que foi de R\$ 6,0 milhões. Recursos financeiros aplicados no levantamento e cadastramento de ação de regularização fundiária na região: 2.518.404,04. Recursos financeiros utilizados na sede do órgão e que é fundamental para a execução da ação regularização fundiária em todo estado: serviço de manutenção de software SICARF - 3.127.144,80; recursos para aquisição de material permanente – drone - 1.426.050,00; Recursos para aquisição do sistema arcgiz - 3.792.686,67 e parte do pagamento do serviço de instalação do painel solar: R\$: 552.600,00. Total de recursos aplicados em Belém: 11.416.885,51. Várias despesas com ações de regularização fundiária são realizadas na região, como diárias, suprimento de fundo, serviço de desenvolvimento do sistema de cadastro e regularização fundiária – SICARF, georreferenciamento, locação de veículos, e aquisição de material de consumo e de equipamentos para atividade campo, marcos de concreto e serviço de aerofotogrametria.

A região do Caetés participou com 6,91% do total do recurso executado. A execução orçamentária teve uma despesa realizada de R\$ 955.830,44. O município que mais foi beneficiado com emissão de documentos de terra foi Bragança com 973 documentos, sendo investido R\$ 365.006,56. Outro município que foi contemplado com 769 documentos de terra

foi Viseu investimento de R\$ 347.647,12. Já em Capanema foi aplicado R\$ 211.738,57, sendo emitidos 481 documentos de terras.

A região do Guamá utilizou 3,77% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 327 mil, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 521 mil, superando o valor inicial previsto. Houve superação da meta física programada, sendo que foram emitidos 1290 documentos de terra.

A região do Rio Tocantins participou com 2,53% do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 230 mil e a despesa realizada totalizou R\$ 349.236,60, possibilitando a emissão de 796 documentos de terra. A quarta região com maior número de documentos emitidos

A região do Rio Capim participou com 2,48% do recurso realizado. A execução orçamentária teve uma dotação inicial de R\$ 136 mil e a despesa realizada totalizou R\$ 343.350,33, sendo emitidos 852 documentos de terra.

A região do Baixo Amazonas participou com 0,72% do total do recurso realizado. A execução orçamentária totalizou R\$ 99.569,21.

A região do Marajó participou com 0,37% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 51.019,86. Foram emitidos 150 documentos de terra dentro do Projeto Territórios Sustentáveis para produtores rurais de Portel.

A região do Xingu participou com 0,36% do total do recurso realizado. A execução orçamentária iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 1.000,00, sendo que o recurso realizado totalizou R\$ 50.239,16.

A região do Lago Tucuruí respondeu por 0,08% do total do recurso realizado. A execução orçamentária realizada foi de R\$ 11.365,15.

Não houve execução orçamentária na região do Tapajós. Os documentos de terra expedidos e outras despesas realizadas nas regiões Araguaia e Carajás estão no Programa Economia Sustentável devido a adesão dos municípios ao Projeto Territórios Sustentáveis – TS.

2.3.4 PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE

De acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, Art. 9º, a regularização Fundiária Urbana (REURB) é o processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à

titulação de seus ocupantes. A REURB favorece famílias de baixa renda por meio da modalidade social, garantindo gratuidade na aquisição do documento de propriedade; incentiva o poder público municipal a garantir a aplicação ou melhoria dos serviços essenciais nessas áreas, possibilitando ainda melhor organização dos cadastros municipais. É celebrado Termo de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal e o ITERPA, tendo como objeto a ação conjunta no planejamento, na coordenação e na fiscalização das operações que envolvem: cadastramento, demarcação, georreferenciamento e outros serviços, em glebas estaduais, no âmbito das ações de regularização fundiária urbana.

- Emissão de 656 documentos de terra de áreas urbanas, sendo 566 da Região do Guajará – 4 no município de Ananindeua e 652 em Marituba
- Foi dada continuidade a ação de regularização fundiária urbana nas regiões de integração Baixo Amazona e Guamá, entretanto não foi possível emissão de CDRUs em 2025

Em relação à execução financeira em 2025, as despesas realizadas somaram um montante de R\$ 197.427,62, sendo que a dotação orçamentária OGE 2025 foi de R\$ 486.000,00. Da despesa realizada, 100% do recurso foram provenientes de Recursos Próprios Recursos da Administração Indireta, correspondendo a Outras despesas Correntes.

Quadro 29: Execução Meta Física e Financeira do Desenvolvimento urbano, habitação saneamento e mobilidade

Ação	Produto	Um	Execução Física			Execução Orçamentária/Financeira		
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação OGE 2025	Despesa realizada	%
Regularização Fundiária urbana	Doc. Expedido	un	4000	656	16	486.000,00	197.427,62	41

Fonte: SIGPLAN – 12/01/2026

Quadro 30: Demonstrativo físico financeiro por Região de integração

Região de Integração	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação OGE 2025	Despesa Realizada	%
Baixo Amazonas	Santarém	400	0	0	30.000,00	7.412,08	25
Carajás	Marabá	300	0	0	20.000,00	-	
Guajará	Ananindeua	2000	4	1	300.000,00	10.396,66	3
	Belém	300	0	0	6.000,00	3.605,35	60
	Benevides	300	0	0	50.000,00	0	
	Marituba	0	652		0	130.943,90	
Guamá	Castanhal	400	0	0	50.000,00	44.081,35	88
	Santa Izabel do Pará	300	0	0	50.000,00	988,28	2
Total		4.000	656	16	486.000,00	197.427,62	41

Fonte: SIGPLAN -12/01/2026

QUADRO RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES E ENTREGAS/2025

Órgão: ITERPA

Item	Realização	Programa	Tipo	Quantidade/Unidade	Município atendido	Valor total investido	Fonte de recursos	Público atendido	Informações complementares
1	Regularização fundiária urbana – Regulariza Pará	Desenvolvimento urbano	Documento de terras	656	Marituba e Ananindeua	197.427,62	Próprios	Famílias da área urbana	652 CDRU para famílias do bairro Decouville em Marituba 4 Famílias da área urbana de Ananindeua
2	Operacionalização e expansão do Territórios Sustentáveis	Economia sustentável	Produtor habilitado com documento de terra	111	Conceição do Araguaia Cumaru do Norte Redenção Santa maria das Barreiras São Félix do Xingu Marabá Parauapebas Eldorado dos Carajás São Geraldo do Araguaia	244.613,70	Próprios	Produtores rurais	Foram emitidos 111 documentos de terras em 9 territórios sustentáveis, sendo que os municípios que mais receberam documentos de terra foram: São Félix do Xingu (46), Marabá (19), Cumaru do Norte (13) Parauapebas (12), e Santa Maria das Barreiras (6)
3	Regularização fundiária rural – territórios sustentáveis	Gestão socioambiental e ordenamento territorial sustentável	Documento de terra	150	Portel	107.065,13	Próprios	Pequenos e médios agricultores rurais	Foram emitidos 150 títulos definitivos individuais através do Projeto Territórios Sustentáveis
4	Regularização fundiária rural – Regulariza Pará	Gestão socioambiental e ordenamento	Documento de terra	5.309	68	13.709.164,49	Próprios	Pequenos e médios agricultores rurais	Emissão de 5.309 Documentos de terra no programa: 5.128 títulos definitivos individuais, 7 concessões de direito real de uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas,

		territorial sustentável							94 concessões de direito real de uso individuais para moradores de Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis, 04 títulos de légua patrimonial, 70 certidões de terras, 6 termos de permuta, beneficiando cerca de 7.000 famílias de agricultores.
5	Emissão de títulos para comunidade quilombola do Guamá	Gestão socioambiental e ordenamento territorial sustentável	Documento de terra	2	Castanhais Santa Izabel do Pará	25.324,56 29.421,24	Próprios	291	Navegantes Vila Trindade
6	Emissão de Títulos para Comunidade Quilombola do Rio Capim	Gestão socioambiental e ordenamento territorial sustentável	Documento de terra	2	Ourém -1 Tomé Açú	12.353,39 28.228,82	Próprios	135	Quilombo cearazinho Quilombo Pontinha Nova Betel
7	Emissão de Títulos para Comunidade Quilombola do Rio Caetés	Gestão socioambiental e ordenamento territorial sustentável	Documento de terra	1	Tracuateua	7.659,22	Próprios	135	Quilombo Pontinha
8	Emissão de Títulos para Comunidade Quilombola do Tocantins	Gestão socioambiental e ordenamento territorial sustentável	Documento de terra	8	Baião – 2 Barcarena – 2 Mocajuba - 3 Cametá – 1	17.294,88 7.659,15 20.012,66 988,28	Próprios	744	Joana Perez Umarizal Arienga - Estrada Vila Cruzeiro São Tomé Bracinho do Icatu Quilombo Manzagão Açaizal Mupi

3. O QUE IREMOS FAZER 2026

3.1 PARÁ 2050

ITERPA, como órgão responsável regularização fundiária nas áreas de domínio estadual, fará o alinhamento do projeto de regularização fundiária que está inserido no Plano Estratégico de longo prazo PARÁ 2050 com as ações de regularização fundiária rural e urbana

3.2 PROJETO ESTADUAL AMAZONIA AGORA

ITERPA continuará sendo responsável pela regularização fundiária com justiça social e segurança jurídica dos municípios através do REGULARIZA PARÁ tanto nos municípios considerados TS com atuação nos 09 territórios criados até agora quanto nos demais municípios que fazem parte de uma país que se chama PARÁ, buscando alcançar as metas do PEAA nas 12 Regiões de Integração

3.3 EXECUÇÃO DA REVISÃO DO PPA 2024-2027 - LOA 2026

Quanto à execução da revisão do PPA 2024-2027, o órgão continuará tendo como compromisso a regularização das comunidades quilombolas, principalmente aquelas que constam nas metas regionalizadas que ainda não chegaram no final do processo de titulação. Além de atuar na regularização fundiária das comunidades ribeirinhas ampliando os Projetos de Assentamentos Estaduais e fortalecendo o protagonismo das mulheres e da agricultura familiar, nas regiões onde as terras são de jurisdição estadual em quase sua totalidade: RI CAPIM, RI CAETÉS, RI GUAMÁ, RI GUAJARÁ, RI LAGO DE TUCURUÍ e RI TOCANTINS assim como nas demais regiões de integração, devendo manter a média de 6.000 documentos de terras para imóveis rurais do triênio 2023-2025, beneficiando aproximadamente 7.000 famílias de agricultores de todas as Regiões de Integração e em média 40.000 pessoas entre agricultores, quilombolas e comunidades ribeirinhas. Além de famílias moradores de áreas urbanas onde o ITERPA atua em conjunto com a COHAB e prefeituras de vários municípios paraenses.

3.4 ELABORAÇÃO DA LDO E LOA 2027

Será feita a atividade de elaboração da LDO e LOA 2027 e faremos parte do processo de construção do novo PPA a ser coordenado pela Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD.

4. MENSAGEM DE GOVERNO

A atual política de ordenamento territorial do Governo do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024-2027. As atividades finalísticas do ITERPA estão dispostas em 3 programas do PPA:

1. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade

Objetivo: Promover o Acesso à Moradia e Melhorar as Condições de Habitabilidade, Prioritariamente, a Habitação de Interesse Social

Ação: Regularização Fundiária Urbana – ITERPA

Produto: Documento de terra emitido

2. Programa: Economia Sustentável

Objetivo: Promover uma Economia Inclusiva e de Baixo Carbono

Ação: Operação e Expansão do Programa Território Sustentável – ITERPA

Produto: Produtor habilitado

3. Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável

Objetivo: Promover a Regularização Ambiental e Fundiária dos Imóveis Rurais e Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais

Ação: Regularização Fundiária Rural

Produto: Documento de terra emitido

Meta regionalizada no PPA 2024 – 2027:

Emissão de 31 títulos para comunidades quilombolas.

Órgão responsável: ITERPA

Os resultados positivos da política estadual de regularização fundiária no triênio 2023-2025, expressam-se em **26.805 documentos** de terra emitidos, sendo **9.470 concessões** de direito real de uso em regularização fundiária urbana e **17.335 documentos** de terra do Regulariza Pará.

Houve emissão de diversos tipos de documentos de terra em 2025, visando a regularização fundiária com agilidade, humanização e segurança jurídica: **5.354 títulos** definitivos de áreas rurais individuais; **656 concessões** de direito real de uso de regularização fundiária urbana; **05 títulos** de légua patrimonial; **101 certidões** de terras; **6 termos** de permuta,

12 Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas – **PEAEX** e **94** concessões de direito real de uso em 4 Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS em Ipixuna do Pará, beneficiando cerca de **8.156 famílias**, sendo aproximadamente **7.500 famílias** de agricultores de todas as Regiões de Integração e **656 famílias** moradores de áreas urbanas da Região do Guajará – 653 de Marituba e 3 município de Ananindeua. Dessa forma, o sonho do documento da casa própria virou realidade para diversas famílias em vulnerabilidade social, que passaram a ter segurança jurídica e legal sobre suas propriedades, podendo, a partir daí, acessar outros programas estaduais, como o **Sua Casa**, que traz benefícios para melhorar as moradias.

Dentro do Territórios Sustentáveis, foi feita a emissão de **261** documentos de terra para municípios que já aderiram ao TS: **261 títulos** definitivos individuais, sendo **150** em Portel na RI do Marajó, **31 certidões** de terras, 1 título de légua patrimonial, **1 termo de** resgate de aforamento e **1 CDRU** de PEAS.

Em atendimento à meta regionalizada do **PPA 2024-2027**, foi feita a emissão e entrega de **12 títulos** coletivos para **Comunidades Remanescentes de Quilombos de 7 municípios paraenses**: Baião(2), Barcarena(2), Castanhal(1), Mocajuba(3), Ourém(2), Santa Izabel do Pará(1) e Tomé-Açu(1). Foi feita também a emissão de título coletivo para Comunidade Quilombola do Mupi. **A iniciativa fundiária nos territórios tradicionais atendeu 1.320 famílias:**

- **135** da Região Guamá: 20 Comunidade Navegante em Castanhal e 115 Comunidade Vila Trindade no município de Santa Izabel do Pará
- **136** da região do Rio Capim: Comunidade Cearazinho e Comunidade Nova Betel em Tomé Açu;
- **155** da região do Rio Caetés: Comunidade Pontinha em Ourém;
- **744** da região do Tocantins: Comunidade Joana Peres e Comunidade Umarizal no município de Baião; Comunidade Arienga-Estrada e Comunidade Vila Cruzeiro em Barcarena; Comunidade Mupi em Cametá, Comunidade São Tomé Bracinho do Icatu, Comunidade Mangazão e Comunidade Açaizal em Mocajuba.